

Crepúsculo dos deuses



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Há uma dura e cruel realidade na política brasileira recente: os líderes são consumidos por problemas que eles mesmos criam. É um sobe e desce constante. São devorados pela revolução que provocam. O então poderoso Fernando Collor caiu do pedestal depois que seu irmão Pedro fez graves denúncias contra ele e seu tesoureiro particular, o notório Paulo César Farias. Em tempos recentes o ex-presidente se envolveu em outras confusões. Ele, hoje, está preso em Maceió. PC Farias foi assassinado.

A história política recente esqueceu uma variável importante. José Dirceu foi preparado por Lula para ser seu sucessor. Ele chegou ao posto de poderoso chefe da Casa Civil, homem forte do governo. No entanto, o deputado Roberto Jefferson denunciou a existência do mensalão. José Dirceu foi processado na Câmara dos Deputados e confrontado pelo mesmo Roberto Jefferson: “Vossa excelência me desperta os mais baixos instintos”. Tempos depois, Jefferson recebeu a Polícia Federal a tiros. Também foi preso e cumpre sentença.

José Dirceu foi cassado pelo plenário da Câmara dos Deputados, em 30 de novembro de 2005, por 293 votos a favor, 192 contra, oito abstenções, um voto em branco e outro nulo. Perdeu o mandato e foi preso. Retornou à liberdade por decisão de ofício do ministro Dias Toffi. Ele tenta retornar à política, agora como

deputado federal por São Paulo. Foi preparado para substituir Lula na cadeira presidencial. Mas quem recebeu este presente foi Dilma Rousseff, que se mostrou incapaz de bem exercer o cargo. Foi cassada pelo Congresso, sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski. Foi candidata ao Senado, por Minas Gerais, e perdeu. Ela é, neste momento, presidente do Banco dos Brics, com residência na China, bem longe do Brasil e da presidência de Lula.

Há outros exemplos do sobe e desce constante. Sérgio Moro foi uma estrela em ascensão. Começou como discreto juiz em Curitiba e conseguiu projeção nacional. Chegou a ministro da Justiça e postulante a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi tragado pela ira dos supremos. Conseguiu se eleger senador e disputa agora o cargo de governador do Paraná.

Não esquecer da trajetória de Lula. Dirigente sindical, deputado constituinte, líder da esquerda, grande timoneiro do Partido dos Trabalhadores, presidente da República três vezes, em disputa de seu quarto mandato. O sindicalista passou mais de 500 dias preso no cárcere da Polícia Federal em Curitiba. O influente, e saudosos para alguns, Antônio Carlos Magalhães costumava lembrar que, “em política, no Brasil, a gente morre várias vezes. Na vida só uma”. Ele já morreu na sua única vida. Na política, sobreviveu em diversas ocasiões.

Exemplo mais recente e gritante é de Jair Bolsonaro. Ele era um zero à esquerda na política nacional. Oficial de baixa patente que se notabilizou por ser voz discordante nos quartéis. Fazia muito barulho por causa de salários dos militares. De um dia para o outro, quando a população mostrou estar cansada do populismo de Lula, ele achou uma brecha e começou a crescer na opinião dos eleitores. E foi objeto de uma tentativa de assassinato. Recebeu uma

facada em plena luz do dia, na cidade de Juiz de Fora, durante comício. Não precisou fazer campanha. Não compareceu a nenhum debate. Foi eleito na cama do hospital.

Na Presidência da República, foi um desastre. Parecia adolescente em férias. Cometeu uma série de bobagens juvenis. Constrangeu dirigentes estrangeiros. Humilhou brasileiros no grave momento da covid-19. Incentivou militares a dar golpe de Estado. Hoje, está preso em sua residência, em Brasília, sem poder manter contato sequer com o filho candidato à Presidência da República, por decisão do íncrito ministro Alexandre de Moraes.

O poderoso Alexandre de Moraes experimenta o mesmo destino. Ele foi o algoz de Jair Bolsonaro. Determinou penas longuíssimas para os acusados pela tentativa de golpe de Estado de janeiro de 2023. Agora, enfrenta a barra-pesada. Foi jurado pelos norte-americanos, que lhe aplicaram os rigores da Lei Magnitsky. De repente, aparece como conselheiro, muito bem remunerado, de Daniel Vorcaro, o homem que distribuiu dinheiro e benesses entre poderosos.

Sujou sua imagem. Iniciou a queda em direção à planície. Experiência semelhante à de outros expoentes da política brasileira. O procurador geral Paulo Gonet também está em situação constrangedora. As vísceras do sistema estão expostas à visitação pública. O mal está feito. E caberá aos supremos resolver a questão. Se não o fizerem, forças externas o farão. *Crepúsculo dos deuses* é o título, em português, do filme *Sunset Boulevard*, de 1950, dirigido por Billy Wilder, considerado pelos críticos de Hollywood um dos 10 melhores de todos os tempos. História de atores que foram famosos e se tornaram decadentes. Com William Holden e Gloria Swanson. No Brasil, a política imita a arte.



Candidaturas e votos negros importam



» RONALD SIQUEIRA BARBOSA
Professor e engenheiro de telecomunicações, presidente do Instituto Nacional Afro-Brasileiro (Inabra)

Após a formação final do quadro de candidatos para mandatos majoritários e proporcionais às eleições gerais deste ano, baseado na Lei 9.504/97, que trata das regras eleitorais no país, o Instituto Nacional Afro-Brasileiro (Inabra) manifesta perplexidade e indignação depois de verificar os perfis das nominatas definidas nas convenções das legendas em razão da sobeja lacuna de concorrentes que, de fato, representem o perfil étnico da população nacional com evidente ausência de afrodescendentes.

É fato que o Brasil, por meio da Constituição Federal e da legislação em vigor, confere liberdades para que as legendas partidárias indiquem e escolham representantes ao pleito, momento icônico da democracia que, neste ano, vai definir quem serão presidente e vice da República, senadores e deputados federais e estaduais/distritais.

O que se espera é que as candidaturas resultem de critérios como lisura, ética e respeito à complexidade da sociedade do país, a fim de que os escolhidos de fato representem o povo. Até o momento, o Inabra não verifica nas nominatas esses pilares condizentes com as demandas mais prementes da nação brasileira.

Passados 138 anos da Abolição da Escravidão e 137 anos do advento da República, não nos permitimos ser pusilânimes ao constatar-mos que os partidos estão distantes da missão de servir melhor ao país, dada a prerrogativa de selecionar homens e mulheres que tenham envergadura moral, política e social para ocuparem cargos de tamanha importância no cenário nacional.

A guisa de comparação, é alvissareiro recordar a visita que o imperador do Brasil, Dom Pedro II — homem culto, de formação inquestionável e de profundo interesse em modernizar e instalar sistemas de telefonia e de energia elétrica — fez no ano de 1876, na comemoração do centenário de independência dos Estados Unidos da América, quando cumpriu agenda de três meses naquele país.

A programação do imperador em terras norte-americanas influenciou as tratativas para a libertação dos escravizados no Brasil. Até porque a medida contribuiu para o surgimento de uma nova classe social, ou seja, a do operariado, coerente com os processos econômicos do fim do século 19. Serviu também para nos conscientizarmos da importância dos processos eleitorais.

Importante salientar que a evolução histórica de então havia produzido duas revoluções industriais e que a nossa classe de empregados só ingressaria no processo de produção tardiamente, ficando de fora dos processos de poupança e de consumo. Mesmo assim, com a criação do piso salarial pela Constituição de 1934, mais tarde chamado de salário mínimo, houve otimismo, pois acreditou-se que, daí em diante, trabalhadores estavam amparados para conseguir no embate com os patrões a garantia de um vencimento digno.

Ocorre que o tempo demonstrou a falta de compromisso da classe política e dos governos em fazer valer a força do salário mínimo que, mesmo hoje, nem de longe corresponde a um valor suficiente para as necessidades dos assalariados e suas famílias. Com o passar do tempo, a população negra permanece num isolamento socioeconômico, fruto da falta de interesse das elites dominantes na real solução do fosso racial vigente no país, quer à direita, quer à esquerda.

Inquietante constatar que a formulação do processo eleitoral não vem se pautando na escolha de candidatos para atender ao anseio popular. O que se verifica são negociações questionáveis no momento da definição dos nomes para a disputa em que o poder econômico de alguns líderes despreza o bom senso na indicação de nomes, nos acordos, enfim, num processo que demonstra total desprezo pelos pilares que deveriam sustentar o que esperamos de uma nação democrática.

Não vemos representação proporcional da população negra que historicamente contou — e conta — com muitas pessoas em condições de estar à frente de mandatos promissores. Queremos candidatos que pensem a inclusão de 120 milhões de pessoas que estão excluídas dos processos de poupança e de consumo.

Uma das pautas do Inabra diz respeito ao tema das concessões, que tem a ver com propiciar à população negra reais condições de empreender e fazer parte do empresariado do país, da mesma forma que governos passados investiram em outros segmentos. As concessões, são antecedidas, portanto, de uma sensibilidade política quanto a essas propostas estruturantes. Daí o alerta num momento de definição da representatividade. Por isso, frisamos: “candidaturas e votos negros importam”.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Moeda digital e poupança sob controle: o Brasil seguirá o modelo europeu?

Deus queira que não. Mas existe, de fato, o perigo de que o modelo estrutural seguido hoje pela União Europeia, de concentração máxima de poderes em Bruxelas, venha, amanhã ou depois, a ser copiado e seguido também no Brasil. A sorte é que ainda parece haver tempo para observarmos o colapso que esse modelo vai provocando naquele continente e mudarmos de rumo. Não por outra razão Londres pulou fora desse sistema antes da derrocada final.

Bem comum de quem?

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou em alto e bom som que o dinheiro da poupança dos europeus deveria estar a serviço dos burocratas de Bruxelas. Trata-se de um ensaio visando, futuramente, fixar na cabeça da sociedade a ideia de que esse tipo claro de confisco obrigatório é para o “bem comum” o que sabemos ser falso e perigoso.

Para essa liderança, a poupança dos trabalhadores deveria estar a serviço exclusivo das empresas europeias, debaixo de regras duras comandadas diretamente por burocratas que, pretensamente, sabem como gerir esses recursos. Na visão de Von der Leyen, a poupança privada é “preguiçosa” e deveria estar à disposição das corporações da União Europeia. São mais de 10 trilhões de euros em jogo, que poderiam, da noite para o dia, ser direcionados pelo Banco Central daquele continente.

O risco transparente

Determinadas mudanças econômicas começam com justificativas aparentemente incontestáveis: melhorar a eficiência do sistema financeiro, financiar empresas, estimular investimentos, acelerar a economia e combater a evasão de recursos. Tudo isso parece razoável. O problema surge quando, por trás dessas boas intenções, faz-se a pergunta crucial: quem decidirá o que deve ser feito com o dinheiro que pertence ao cidadão? É exatamente nesse ponto que a discussão sobre a chamada União de Poupança e Investimentos da União Europeia merece atenção.

A verdadeira mudança

Uma guinada filosófica sobre a função do patrimônio individual. O que existe é algo mais sutil: durante gerações, o dinheiro economizado por uma família foi considerado sua propriedade absoluta. O cidadão trabalha, paga impostos, consome e guarda o excedente para comprar uma casa, educar os filhos ou complementar a aposentadoria. Agora, a poupança passa a ser vista como combustível para objetivos definidos por governos. O perigo está em transformar uma necessidade coletiva em autorização para determinar a destinação do dinheiro privado. Primeiro, vêm os incentivos; depois, as vantagens tributárias; em seguida, as restrições. Finalmente, perde-se a liberdade de escolher onde aplicar o próprio patrimônio.

Eficiência ou rastreabilidade total?

É nesse ambiente que a transformação digital da moeda no Brasil ganha relevância. O Banco Central brasileiro desenvolve a infraestrutura do Drex, a Moeda Digital do Banco Central (CBDC). Tratando-se do real em formato digital operado por tecnologia de registro distribuído (blockchain), a plataforma traz um conceito-chave: a programabilidade, que permite o uso de contratos inteligentes capazes de executar transações automáticas com ativos tokenizados. Se, por um lado, isso reduz custos, reduz fraudes e acelera contratos, por outro, estabelece as bases técnicas para condicionar o uso do dinheiro. A mesma tecnologia que permite automatizar uma transação também permite impor regras e limitações sobre como essa transação ocorre.

Confisco de poupança?

A experiência para quem trabalha e constrói o patrimônio não foi das mais agradáveis. Imagine um futuro em que um governo, diante de uma emergência fiscal ou ambiental, determine condições para o gasto do dinheiro digital. A questão deixaria de ser apenas tributária e passaria a ser de liberdade econômica. O dinheiro pertenceria formalmente ao cidadão, mas sua utilização prática dependeria de regras estatais.

Quem fiscalizará o fiscal?

O Banco Central afirma expressamente que o Drex contará com mecanismos de segurança, privacidade e intermediação financeira autorizada. Todavia, instituições não devem ser julgadas apenas pelas intenções de seus criadores, mas pelo poder que colocam nas mãos de sucessores. Depois que o dinheiro se tornar totalmente programável, será tarde demais para discutir quem detém o poder de programá-lo.

» A frase que foi pronunciada

“A reforma administrativa é cheia de efeitos pirotécnicos, mas pouco promete em matéria de redução de deficit público”

Mario Henrique Simonsen

» História de Brasília

A mais bela superquadra de Brasília, ninguém pode negar, é a do Iapb. E principalmente por causa dos jardins. Pois bem. Um dos homens que fez aqueles jardins, depois de nos deliciar com seu trabalho, acaba de ser demitido. (Publicada em 26/5/1962)